

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo

Class.: 26

Data: 22 de Junho de 1979

Pg.: _____

**Jari só vai legalizar
mais 60 mil ha no Pará**

BRASÍLIA (Sucursal) — A empresa Jari Florestal só conseguirá legalizar 60 mil hectares dos 2.743.000 cuja posse está reivindicando junto ao Instituto de Terras do Pará (Iterpa). Esse foi o parecer dado ontem pelo presidente do órgão, Iris Pedro de Oliveira, no depoimento que prestou à comissão de segurança nacional da Câmara.

A legitimação da posse dos 2,7 milhões de hectares foi solicitada pela Jari ao Iterpa, mediante a apresentação de 33 títulos, dos quais dois estão sem documentação, doze incompletos — inclusive o da Fazenda Saracura, que tem 95 por cento da área questionada — e 19 em perfeita ordem.

O presidente do Iterpa diz que com esses títulos a Jari conseguirá legitimar a posse de, no máximo, 90 mil hectares, que se reduzirão a 60 mil devido aos limites naturais referidos nos documentos e que devem ser respeitados.

Iris Pedro de Oliveira admitiu entretanto a possibilidade de arrendamento das terras ao projeto, já que seus dirigentes declaram ter mais interesse no usufruto das glebas do que na sua propriedade.

O presidente do Iterpa informou ainda à comissão que a Jari possui no Pará, totalmente regularizadas e de domínio pleno, terras que somam 225.967 hectares. As do Amapá, nessa mesma situação, situam-se em torno de 350 mil hectares.

SUDAM

O superintendente da Sudam, Elias Sefer, disse ontem, por sua vez, que a Jari é uma forma jurídica e, no caso da morte do norte-americano Daniel Ludwig, continuaria tendo esta mesma figura perante o governo brasileiro. “Mas posso garantir que não aceitaremos a tese de mantermos um país dentro do nosso. Rejeitamos a idéia sumariamente. Mas essa é uma questão que o governo vai resolver no momento oportuno”.

O superintendente da Sudam voltou a insistir em que não se repetirão novos projetos semelhantes à Jari porque a lei de terra não permite mais a compra de grandes áreas por estrangeiros.

Quanto às denúncias de que o projeto Jari seria uma área fechada aos brasileiros e principalmente à imprensa, disse Elias Sefer que tais colocações são, no mínimo, “exdrúxulas”.